

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RAFAEL GONÇALVES DO NASCIMENTO

TERIA SIDO A GUERRA RUSSO-GEORGIANA CONSEQUÊNCIA DA ESTRATÉGIA
DE CONTENÇÃO DOS EUA?

Rio de Janeiro

2020

CC RAFAEL GONÇALVES DO NASCIMENTO

TERIA SIDO A GUERRA RUSSO-GEORGIANA CONSEQUÊNCIA DA ESTRATÉGIA
DE CONTENÇÃO DOS EUA?

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (Ref-FN) José Claudio da Costa Oliveira

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e por me conceder saúde e firmeza de propósito para seguir em busca do conhecimento necessário.

Ao CMG(Ref-FN) Oliveira pela preocupação e orientações seguras emanadas para melhor lapidar os argumentos expostos.

Aos docentes da Escola de Guerra Naval, em especial ao CMG(RM1) Leonardo Mattos, instrutor de geopolítica, pelos conteúdos transmitidos ao longo do curso, os quais contribuíram para consolidar o conhecimento sobre o assunto e proporcionar uma melhor exposição das ideias.

RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho é a nova estratégia da política externa dos Estados Unidos da América (EUA) no mundo pós-Guerra Fria (1991) até o ano de 2008. Seria uma continuação da estratégia de contenção? Dentro desse escopo, contemplaremos o comportamento russo como forma de contraposição à expansão estadunidense no entorno da Rússia. Vamos considerar o término da Guerra Fria no ano de 1991 com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Naquele período (1947-1991) ocorreu uma ordem mundial bipolar, em que as duas potências (EUA e a ex-URSS) buscavam aumentar suas áreas de influência. Com isso, a partir de 1947, os EUA utilizaram a estratégia de contenção como forma de oposição ao avanço do modelo de regime comunista. Desde então, foram realizadas ações de cunho diplomático e também de caráter militar em regiões distantes geograficamente do território estadunidense. O contexto temporal basilar para esta pesquisa será compreendido entre 1991 e 2008, ano em que ocorreu o conflito entre Rússia e Geórgia. Sendo assim, o estudo a ser realizado tem como propósito identificar as ações realizadas pelos EUA para empregar a sua nova estratégia de expansão de influência no entorno russo. A guerra russo-georgiana teria sido consequência dessa nova estratégia estadunidense? A invasão da Geórgia foi uma maneira de os russos retomarem a sua hegemonia na Eurásia?

Palavras-chave: Estratégia de Contenção. Estados Unidos da América. Eurásia. Rússia. Guerra Russo-Georgiana.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEI – Comunidade dos Estados Independentes

CSONU - Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

EUA – Estados Unidos da América

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

2ªGM – Segunda Guerra Mundial

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa Geopolítico da Região do Cáucaso.....	48
Figura 2 - Mapa de oleodutos da região.....	49
Figura 3 – Mapa da Geórgia.....	50

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	5
1 INTRODUÇÃO	7
2 BREVE HISTÓRICO	8
2.1 AS HERANÇAS DA GUERRA FRIA	11
2.2 A DECADÊNCIA DA EX-URSS	11
3 O CENÁRIO GEOPOLÍTICO PÓS-GUERRA FRIA	16
3.1 A ESTRATÉGIA DOS EUA NO PÓS-GUERRA FRIA	16
3.1.1 A Política estadunidense na região do Cáucaso	16
3.2 A INFLUÊNCIA OCIDENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS	24
4 OS INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS	26
4.1 A POLÍTICA ESTADUNIDENSE	26
4.2 A POSTURA RUSSA	28
5 A GUERRA RUSSO-GEORGIANA	30
5.1 ANTECEDENTES	30
5.2 CRONOLOGIA DO CONFLITO	32
5.3 CESSAR-FOGO	32
5.4 RESPOSTA DOS EUA	34
5.5 REPERCUSSÃO INTERNACIONAL	40
6 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXO A – Mapa Geopolítico da Região do Cáucaso	48
ANEXO B – Mapa de Oleodutos da Região.....	49
ANEXO C – Mapa da Geórgia	50

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito identificar as ações realizadas pelos EUA para empregar a sua nova estratégia de expansão de influência no entorno russo. Para tal, buscaremos as respostas para os seguintes questionamentos: seriam as ações estadunidenses uma continuação da estratégia de contenção implementada durante a Guerra Fria? A guerra russo-georgiana, ocorrida em agosto de 2008, teria sido consequência dessa estratégia estadunidense? A invasão da Geórgia foi uma maneira dos russos retomarem a sua hegemonia na Eurásia?

Para responder as questões apresentadas, a dissertação está estruturada com uma introdução, como primeiro capítulo, quatro capítulos de desenvolvimento e uma conclusão.

No segundo capítulo, realizaremos um histórico a fim de explicar a complexidade e diversidade da região do Cáucaso.

No terceiro capítulo, apresentaremos o novo cenário geopolítico que se desenha com o término da Guerra Fria, ocorrido no ano de 1991, e analisaremos a estratégia dos EUA no pós-guerra fria, bem como as ações por parte da Rússia com o objetivo de impedir a expansão de influência ocidental na região que anteriormente tinha seu domínio pleno.

No quarto capítulo, explicaremos a participação de alguns atores secundários ao longo do escalonamento da crise que levou ao conflito entre Rússia e Geórgia, ocorrido em 2008, e abordaremos os interesses econômicos que estavam em jogo.

No quinto capítulo, vamos discorrer sobre o conflito entre Rússia e Geórgia, ocorrido em agosto de 2008, fruto dos desentendimentos na disputa pela região da Ossétia do Sul.

Por fim, faremos uma conclusão com vista a alcançar o propósito apresentado para o estudo.

2 BREVE HISTÓRICO

A região do Cáucaso (mapa no Anexo A), inegavelmente, tem como característica a diversidade étnica, cultural e religiosa. Ocorre que, no século XIX, a região foi dominada pelo império russo, tendo em vista a importância estratégica para a URSS à época e, posteriormente, para a Rússia. Mas à frente, veremos que esta importância aumentou significativamente em função do seu papel como região de trânsito para o petróleo e gás que são produzidos na região e vendidos para a Europa.

Ainda nos dias atuais, o Cáucaso continua se apresentando como uma das regiões do mundo mais complexas nos aspectos cultural e linguístico, tendo em vista as diversidades mencionadas. A região contém três Estados soberanos reconhecidos internacionalmente, que são Geórgia, Armênia e Azerbaijão; três Estados autodeclarados, que são Abecásia, Ossétia do Sul e Nagorno-Karabakh; sete repúblicas russas internas, quais sejam: Daguestão, Chechênia, Ingúchia, Ossétia do Norte-Alania, Kabardino-Balkaria, Karachai-Cherkessia e Adygea; além disso, insurgentes islamitas declararam um “Emirado do Norte do Cáucaso virtual” na região controlada pela Rússia.

Na ocasião da delimitação de fronteiras das repúblicas soviéticas, ocorrida após a Revolução Russa de 1917, a Ossétia do Sul foi incorporada à Geórgia. As tensões na Geórgia datam, pelo menos, da década de 1920, quando a Ossétia do Sul já flertava com a possibilidade de declarar sua independência, mas acabou se tornando uma região autônoma da Geórgia soviética depois da conquista daquele território pelo “Exército Vermelho”¹.

Nos tempos soviéticos, a política russa para a região, iniciada por Stalin, era de dividir artificialmente os territórios dos diferentes povos para criar pequenas repúblicas que, por sua vez, eram divididas em regiões autônomas. Essa subdivisão, que à época tinha como

¹ Exército Vermelho era o nome dado às Forças Armadas da extinta União Soviética. Sua origem remonta à guerra civil russa ocorrida entre 1918 e 1921, onde foi necessária a criação de um exército que defendesse o lado bolchevique.

intuito gerar um enfraquecimento dos povos e facilitar a vitória na conquista da região, mais tarde demonstrou ser uma bomba-relógio quando a URSS se desintegrou. Não obstante, a situação complicava-se pela existência de uma população numerosa de origem russa que habitava essas regiões. Tal presença, por vezes, poderia servir de justificativa para um eventual intervencionismo russo.

Em 1989, a Ossétia do Sul demonstrou pretensões em unir seu território à Ossétia do Norte, pertencente à Rússia, ou tornar-se independente. A Geórgia tornou-se independente da Ex-URSS em 1990. Entretanto, logo após declarar independência, ocorreu um golpe de Estado que desencadeou uma guerra civil, a qual duraria até 1995. (CHAVES; SCHUSTER, 2009).

Em janeiro de 1991 houve hostilidades entre a Geórgia e a Ossétia do Sul, com cerca de três mil mortos e deslocamento de dezenas de milhares de pessoas.² Em junho de 1992, a Rússia intermediou um cessar fogo e as unidades de “manutenção da paz” russas, georgianas e ossetas (uma brigada da Ossétia do Norte que, na verdade, era composta por Ossétios do Sul e chefiadas por um Ossétio do Norte) se instalaram em uma zona de segurança no entorno da capital da Ossétia do Sul. Alguns observadores alertaram que a crescente influência da Rússia na Ossétia do Sul ao longo dos anos, transformou os conflitos separatistas, basicamente, em disputas entre Rússia e Geórgia. Boa parte dos residentes da Região da Ossétia do Sul teriam recebido passaportes russos. Em 5 de novembro de 1995, Shevardnaze (1928-2014) foi eleito oficialmente como presidente da Geórgia e reeleito em 9 de abril de 2000. Entretanto, em 2003 foi deposto por um grupo do qual pertencia Mikhail Saakashvili (1967 -) durante a chamada “Revolução das Rosas”³. Em 2004, Saakashvili foi eleito presidente da Geórgia com um programa que incluía, dentre outras iniciativas, restaurar

2 Jim Nichol. Russia-Georgia Conflict in August 2008: context and implications for U.S. interests. March 3, 2009. Disponível online: <<http://www.researchgate.net>>.

3 A “Revolução das Rosas” ocorreu na Geórgia em 2003 e foi parte de uma série de movimentos insurgentes que aconteceram na região da Eurásia e, somados com a Revolução Laranja na Ucrânia (2004) e a Revolução das Tulipas no Quirguistão (2005), ficaram conhecidos como “Revoluções Coloridas”.

a integridade territorial e repatriar os Georgianos refugiados. Sua política teve importantes aspectos a serem considerados: o governo georgiano passou a apoiar todo e qualquer ato em oposição ao “autoritarismo” russo na região; deixava claro o desejo de se juntar à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); realizava uma política de abertura ao ocidente, em especial aos EUA, com total alinhamento ao governo estadunidense; iniciou uma política de rearmamento da Geórgia, com recursos significativos destinados à compra de armas, contando com o apoio da Ucrânia e dos EUA.⁴

Saakashvili prometeu instituir reformas democráticas e econômicas, bem como recuperar a autoridade do governo central sobre as regiões separatistas. Com isso, aumentou a pressão sobre a Ossétia do Sul e reforçou o controle nas fronteiras. Em julho de 2005, anunciou um novo plano de paz para a Ossétia do Sul que oferecia autonomia substancial e um acordo em três etapas, que consistia em desmilitarização, reabilitação econômica e um acordo político. Entretanto, o “presidente” da Ossétia do Sul, Eduard Kokoity (1964 -), rejeitou o plano e, foi além, anunciando em outubro de 2005 que os Ossétios do Sul eram cidadãos da Rússia. Em novembro de 2006 foi realizado um referendo popular na Ossétia do Sul para reafirmar sua independência, o qual foi aprovado com ampla maioria. Em seguida Kokoity foi reeleito em outra votação. Os EUA se recusaram a reconhecer essa votação. Nas eleições “alternativas” entre os Georgianos étnicos da Ossétia do Sul (deslocados daquela localidade) e demais moradores da região, o pró-georgiano Dmitry Sanakoyev (1969 -) foi eleito “governador” da Ossétia do Sul e foi aprovado um referendo que apoiava a integração ao território georgiano. Em maio de 2007, o presidente Saakashvili propôs outro plano de paz para a Ossétia do Sul, que envolvia a criação de distritos administrativos transitórios em toda a região sob a autoridade de Sanakoyev. Em julho de 2007, o presidente georgiano determinou o status da Ossétia do Sul como parte da Geórgia. O Ministro das Relações

4 Jim Nichol. Russia-Georgia Conflict in August 2008: context and implications for U.S. interests. March 3, 2009. Disponível online: <<http://www.researchgate.net>>.

Exteriores da Rússia protestou.⁵

2.1 AS HERANÇAS DA GUERRA FRIA

Neste trabalho, vamos considerar o término da Guerra Fria no ano 1991 com a dissolução da Ex-URSS. No referido período (1947-1991), os EUA e a ex-URSS estabeleceram uma ordem mundial bipolar, onde as duas potências buscavam aumentar suas áreas de influência.

A partir de 1947, os EUA utilizaram a estratégia de contenção como forma de oposição ao avanço do modelo de regime comunista. Desde então, foram realizadas ações de cunho diplomático e também de caráter militar em regiões distantes geograficamente do território estadunidense. A participação dos EUA na OTAN, bem como o engajamento militar nas guerras da Coreia (1950-1953), do Vietnã (1955-1975) e do Afeganistão (1979-1989), corroboram com este objetivo geopolítico, que não atingiu o feito desejado. (MATTOS, 2002).

A presença militar estadunidense nos arredores da Ex-URSS foi estabelecida e sustentada sob a justificativa de atuação em defesa da liberdade e democracia. Ademais, a ex-URSS nunca escondeu seus objetivos imperialistas no aspecto territorial, bem como no âmbito ideológico com a difusão do regime comunista. Ficava claro que a aliança formada na 2ª GM (1939-1945) foi única e exclusivamente com objetivos estratégicos de conquistar a vitória contra a Alemanha, tendo em vista que sua ideologia em nada convergia com os regimes democráticos que vigoravam nos demais países aliados.

2.2 A DECADÊNCIA DA EX-URSS

O colapso da Ex-URSS em 1991 colocou fim no sistema bipolar da Guerra Fria e trazia o mundo para novos tempos, onde reinava a incerteza sobre os passos geopolíticos que

5 Ibid. Disponível online: <<http://www.researchgate.net>>.

seriam tomados tanto pelos EUA, única potência global a partir desse momento, e a Rússia enfraquecida economicamente e militarmente. Será que as fortes tensões ocorridas no período anterior teriam sequência? O que seria da política externa russa? A Rússia recuperaria o fôlego para continuar a disputa como Estado mais poderoso do mundo com os EUA? A corrida armamentista seria freada? Os russos conseguiriam se reerguer economicamente? Essas e muitas outras perguntas eram difíceis de serem respondidas naquele momento histórico.

Enquanto teve fôlego econômico para sustentar, a Ex-URSS disputou com os EUA o posto de Estado mais poderoso do mundo e competiu na corrida espacial com os estadunidenses, além da corrida armamentista que onerava em demasiado os cofres públicos.

Brejnev (1906-1982), esteve por cerca de 18 anos como líder do Kremlin de Moscou, período no qual houve cinco trocas presidenciais na Casa Branca. Portanto, tinha vasta experiência política para lidar com as mais sensíveis situações diplomáticas. Tamanha era a corrida armamentista na década de 1970 que ambos os países (EUA e Ex-URSS) assinaram dois acordos, em 1972 e 1979, limitando o número de mísseis para cada um dos lados. Geopoliticamente, os soviéticos buscavam expandir o regime comunista, que parecia vigoroso nos últimos anos do governo de Brejnev. A Ex-URSS e a China eram os maiores representantes, além de Cuba, Coreia do Norte, Albânia e Romênia que também eram regimes muito bem consolidados (BLAINEY, 2009).

Na disputa de regimes político-ideológicos, até mesmo o Papa João Paulo II, que era polonês, acabou se tornando alvo político quando em maio de 1981 foi vítima de um atentado no Vaticano ao caminhar entre os fiéis. Na ocasião, um turco (com comparsas búlgaros) realizou dois disparos com arma de fogo e feriu gravemente o Pontífice.

Em 1981, Ronald Reagan (1911-2004), protestante e conservador, chega ao comando da Casa Branca. No ano seguinte, Brejnev faleceu. Em 1985, Mikhail Gorbachev

(1931 -) chega ao poder com grande preocupação na economia que andava morosa e com baixos resultados. Após viajar pelo país em campanha contra o alcoolismo e corrupção, anunciou que havia chegado o tempo da *perestroika*⁶ (reestruturação). Gorbachev e Reagan se reuniram em 19 de novembro de 1985 na cidade de Genebra, no que se tornaria um dos mais decisivos encontros do século XX. O líder soviético percebeu que teria dificuldades para reerguer seu país economicamente com altos gastos militares fruto da corrida armamentista desenfreada. Após esse encontro, os dois líderes se reuniram em outras quatro ocasiões, tendo em vista que um tratado sobre controle de armamentos não era fácil de ser firmado. Em 1989 termina o mandato de Ronald Reagan e a Guerra Fria também se aproximava do fim (BLAINEY, 2009).

O crescente número de organismos internacionais em defesa do meio ambiente fez surgir mais um motivo para severas críticas a Ex-URSS. O país tinha enormes deficiências nesse quesito. Resíduos tóxicos em terra, lixo nuclear despejado no Ártico, cidades poluídas por indústrias químicas, elevada quantidade de fumaça proveniente de chaminés das fábricas, vazamentos de petróleo em oleodutos, água para consumo contaminada com metais pesados, morte de peixes nos lagos em virtude da poluição eram parte dos problemas cotidianos vividos pelos soviéticos. Com isso, a produção de energia nuclear para geração de eletricidade passou de um trunfo para se transformar em tragédia com o acidente de Chernobyl em 1986 (BLAINEY, 2009).

Em paralelo, o longo confronto com o Afeganistão sugava as energias e os recursos do Exército nacional que havia lutado de forma honrosa contra as forças de Hitler e agora encontrava-se em dificuldades no enfrentamento com um Estado considerado de pequeno porte em capacidade militar.

Em 1987, Gorbachev seguia na tentativa de reerguer a economia e propôs a

6 A palavra *perestroika*, em sua tradução literal, significa “reconstrução” ou “reestruturação”. O fato é que Gorbachev percebeu que a economia da URSS andava mal e identificou que o sistema socialista necessitava de uma ampla reforma, a qual seria conduzida pelo processo denominado de *perestroika*.

*glasnost*⁷ (abertura) que promovia um maior debate sobre os problemas em vez de escondê-los da opinião pública em geral. Os soviéticos seguiam tentando acompanhar os EUA tanto na corrida espacial quanto na disputa armamentista, apesar da enorme dificuldade econômica. O cosmonauta soviético Yuri Romanenko (1944 -) estabeleceu, na época, um novo recorde de permanência no espaço e mostrou ao mundo a força e capacidade da Ex-URSS. Entretanto, o colapso do regime comunista emergia cada vez mais e era visível nos países aliados, fruto de um sentimento de necessidade de liberdade por parte do povo local, bem como um descontentamento com o andamento da economia, além do afloramento do nacionalismo naquelas regiões, principalmente na Polônia e Romênia. Em que pese o fato de a Alemanha Oriental dispor de um padrão de vida mais elevado se comparada com os demais países do bloco comunista, sua população precisava de muito mais horas de trabalho para ter o mesmo poder de compra que seus vizinhos da Alemanha Ocidental. Essa possibilidade de comparação se transformou num grande perigo para o regime comunista, uma vez que não havia duas Rússias nem duas Polônias que pudessem proporcionar tais paralelos, mas isso era factível nas Alemanhas. Não obstante, o contraste entre os dois países aumentava cada vez mais, o que acarretava em imensa pressão sobre o lado comunista oriental. Além disso, com o enfraquecimento paulatino da censura, as informações sobre os manifestos de insatisfação nos países comunistas viajavam o mundo mais rapidamente e estimulavam mais e mais atos de dissidência. O ponto de ruptura se aproximava. Em 8 de novembro de 1989, o governo da Alemanha Oriental cedeu às pressões populares e anunciou que o povo estaria livre para sair do país. No dia seguinte foram abertos os primeiros buracos no muro de Berlim, um marco histórico. Finalmente, em 3 de outubro de 1990, as duas Alemanhas se uniram. (BLAINEY, 2009)

Os chefes de Estado do Cazaquistão e da Ucrânia (duas repúblicas soviéticas de

7 A palavra *glasnost*, em sua tradução literal, significa “transparência”. Na prática, a *glasnost* consistiu no processo de abertura política e foi implementada por Gorbachev em conjunto com a *perestroika*.

expressão) relutavam em seguir as diretrizes de Gorbachev. Isso comprovava a grande dificuldade que o Kremlin de Moscou encontrava para interferir em assuntos internos de outros integrantes do bloco comunista. Os movimentos nacionalistas cresciam cada vez mais pelo leste europeu e os governos comunistas estavam exauridos. Nessa onda de reivindicação por independência, Lituânia, Letônia e Estônia separaram-se da União Soviética e a antiga Iugoslávia se dividiu em nações independentes.

Os fatos expostos acarretaram na extinção da União Soviética em 1991, dando lugar para a Rússia e uma série de novas repúblicas, com destaque para Geórgia, Ucrânia e Cazaquistão. Os esforços de Gorbachev ao introduzir as reformas econômicas não se mostraram eficientes ou foram tardios. A abertura abrupta e descontrolada na década de 1980 trouxe ainda mais problemas para a economia e a situação ficou insustentável.

3 O CENÁRIO GEOPOLÍTICO PÓS-GUERRA FRIA

Em 1991, com a dissolução da Ex-URSS, os EUA se tornaram a única potência global. É preciso compreender que, dentro desta concepção de única potência global, os EUA estariam envolvidos nos mais diversos locais do globo. Mas, consciente (ou não) de que, em virtude das limitações de poder, não poderia ser o ator principal em todas as partes.

3.1 A ESTRATÉGIA DOS EUA NO PÓS-GUERRA FRIA

3.1.1 A Política estadunidense na região do Cáucaso

Todos os três Estados soberanos do Cáucaso (Geórgia, Armênia e Azerbaijão) compartilhavam interesses. Em primeiro lugar, os dutos de óleo que ligam o mar Cáspio para abastecer o mercado ocidental. Os países da região tinham a necessidade da receita proveniente do petróleo para reforçar suas balanças comerciais. Os EUA eram fornecedores de tecnologia para viabilizar os dutos e compradores do petróleo (BANDEIRA, 2013).

Em segundo lugar, a região sofre com a instabilidade política e conflitos armados que constituem obstáculos significativos para levar o petróleo ao mercado internacional. Desta forma, esses Estados veem nos EUA, na qualidade de maior potência global, uma alternativa de ajuda para resolver esses conflitos regionais (BANDEIRA, 2013).

Em terceiro lugar, uma vez que esses países não possuem capacidade militar significativa, tornam-se enfraquecidos por conflitos e sujeitos a interferências externas. Com isso, aflora uma disputa de influências que, por um lado os russos estimulam disputas étnicas para justificar intervenções militares, por outro, os EUA buscam aproximação com esses países como forma de expandir sua influência na região e, por conseguinte, reduzir a russa (BANDEIRA, 2013).

De acordo com William Eldridge Odom (1932-2008), que foi General do Exército

estadunidense, Diretor da Agência de Segurança Nacional dos EUA na década de 1980 e especialista nos assuntos afetos à antiga URSS, a Estratégia de contenção estadunidense que se seguiu após a Segunda Guerra Mundial, foi baseada em duas zonas, uma delas na Europa Ocidental e a outra no Japão e Coreia do Sul. Entretanto, a crescente influência do então poder soviético na década de 1970, bem como a instabilidade no Golfo Pérsico, levaram os EUA a adicionarem essa região como sua terceira zona estratégica. Esta mudança foi introduzida pela Doutrina Carter⁸ em 1980 e aplicada pelas administrações estadunidenses que se seguiram. Ressalta-se que o colapso da antiga URSS não fez com que a estratégia em três zonas se tornasse irrelevante, especialmente em se tratando da região do Cáucaso (CANEDO, 2006; BANDEIRA, 2013).

Após as repúblicas da antiga URSS tornarem-se independentes, os EUA partiram abertamente para uma política de apoio aos novos Estados com a justificativa de suporte para a independência, integridade territorial e soberania desses Estados, bem como discursavam no sentido de que queriam vê-los como novos parceiros e membros seguros e prósperos da comunidade internacional.

As políticas estadunidenses voltadas para esses novos Estados invocava, dentre outros, princípios como:

- Apoiar os novos Estados na busca pela democracia e desenvolvimento econômico, bem como contribuir para reformas políticas e respeito aos direitos humanos;
- Incentivo para participação desses Estados em Instituições políticas e econômicas internacionais, além de integração com a estrutura de segurança europeia; e
- Promover uma estável relação entre esses novos Estados e a comunidade internacional, além de contribuir para busca de soluções em conflitos regionais (CANEDO,

⁸ A Doutrina Carter foi uma política proclamada pelo Presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter (1924 -) em seu discurso voltado para união dos EUA em 23 de janeiro de 1980, a qual afirmava que os estadunidenses usariam força militar, se necessário, para defender seus interesses nacionais no Golfo Pérsico. Foi uma resposta à intervenção da Ex-União Soviética no Afeganistão em 1979 e pretendia impedir a hegemonia do seu principal adversário na região do Golfo.

2006; BANDEIRA, 2013).

Com isso, fica clara a tentativa estadunidense de trazer o apoio da opinião pública internacional, uma vez que surge como um promotor da paz e incentivador da integração na região. No entanto, tais iniciativas vão totalmente de encontro com as pretensões russas de manutenção da influência na região, o que acende um alerta em Moscou.

Dentro desses princípios, os EUA estabelecem missões diplomáticas na Armênia, Azerbaijão e Geórgia em 1992 e incentivam a cooperação entre os três Estados como forma de reforçar a estabilidade, independência e prosperidade. Além disso, promovem a integração dos Estados em organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (PECEQUILO, 2012; QUADROS; MACHADO, 2015).

Entretanto, colocar em prática tudo que foi planejado não foi uma tarefa fácil, ainda mais em se tratando de uma região instável e facilmente transformada, tanto por fatores internos quanto externos, principalmente nos primeiros anos após a dissolução da antiga URSS.

Um grande erro dos países ocidentais foi tratar as oito ex-repúblicas soviéticas como um grande bloco homogêneo, quando, na realidade, cada um tinha suas particularidades. Apenas em meados de 1994, fruto do receio de uma retomada da esfera de influência russa, que as grandes potências ocidentais, em especial os EUA, a maior de todas, começaram a tratar a questão de forma mais individualizada para cada um dos Estados. Na realidade, de um modo geral, o ocidente parecia ter aceito a hegemonia russa na região, exceto os EUA (PECEQUILO, 2012; BANDEIRA, 2013).

Dentre os caucasianos, a Geórgia foi o Estado que mais se identificou e buscou um alinhamento com o ocidente, por intermédio dos EUA, os quais estiveram fortemente presentes no país e mantinham uma relação estreita. Em julho de 1997, William Harrison Courtney (1944-), então Embaixador dos EUA na Geórgia, teria dito que não era mais

possível acreditar que a mediação russa algum dia ajudaria a resolver a questão da Abecásia⁹. Dessa forma, ele alertava a opinião pública no sentido de pedir a internacionalização das negociações de paz, nos moldes do ocorrido na Bósnia, em uma jogada ensaiada com Washington. Nesse contexto, definitivamente, as demais potências ocidentais não demonstravam nenhuma disposição em se envolver nessas questões com missões de paz na região, deixando os EUA isolados nas iniciativas militares, o que encorajava ainda mais os russos a reafirmarem sua influência na região.

Outro aspecto a ser pontuado da política estadunidense para a região era o de promover a Turquia como modelo a ser seguido, uma vez que havia o receio de que o fundamentalismo islâmico fosse atraente para esses países. A disputa geopolítica da Turquia com o Irã reforçava esse posicionamento.

Em abril de 1998, Stephen Sestanovich (1950-), Embaixador Geral dos EUA para a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e Conselheiro Especial do Secretário de Estado, descreveu a estratégia dos EUA em relação ao Cáucaso como composta por quatro elementos:

- Fortalecimento político e econômico das instituições;
- Cooperação regional e resolução de conflitos;
- Desenvolvimento energético e criação de um corredor leste-oeste para transporte;

e

-Cooperação na área de segurança, tanto com a criação de um batalhão de manutenção da paz para a Ásia Central quanto com o diálogo na área de defesa (PECEQUILO, 2012; BANDEIRA, 2013).

Ainda no ano de 1998, em resposta para alguns congressistas estadunidenses que se posicionaram de maneira desfavorável à “demasiada” e “acintosa” forma como os EUA caminhavam para ampliar sua influência no Cáucaso e Ásia Central, em confronto com os

⁹ A Abecásia, além da Ossétia do Sul, é outra região separatista da Geórgia.

interesses russos, Sestanovich pronunciou-se da seguinte forma:

“No nosso ponto de vista, a meta é que a região não faça parte da esfera de influência de ninguém. Isto não significa que os países da região não devam ter uma boa relação com a Rússia. Isto significa que a influência russa, que é uma questão compreensível, dada a história da Ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, deve ser exercida de maneira legítima, em conformidade com o ordenamento jurídico internacional, respeitando a soberania desses Estados.”¹⁰

Ao ser indagado qual era o posicionamento do governo sobre a presença de tropas russas em territórios da Geórgia e Armênia, Sestanovich disse o seguinte:

“Achamos que o governo desses países têm o direito de solicitar a retirada das tropas russas. Uma vez que possuem este direito, não pode ocorrer objeções.”¹¹

Em setembro de 1998, Forças de proteção de fronteira da Geórgia declararam que os EUA estavam apoiando na atuação das tropas com tecnologia e treinamento.¹²

No final de 1998, como prova de acirramento das relações EUA-Rússia, durante conversa com o então Primeiro-Ministro russo Yevgeny Primakov (1929-2015), o Secretário de Estado estadunidense Strobe Talbott (1946 -) disse que as autoridades russas não estavam fazendo o suficiente para interromper a transferência de tecnologia militar sensível para o Irã.¹³ Como forma de resposta para continuada prática de transferência de tecnologia, os EUA decidiram impor sanções contra três institutos científicos russos, os quais acreditava-se que estavam envolvidos no apoio ao programa de mísseis nucleares iranianos.¹⁴

Não obstante, diante dessa escalada de tensões, em 1999, a OTAN bombardeou a Sérvia, que por sua vez era um país que possuía laços históricos com os russos, sem qualquer tipo de consulta prévia ao Conselho de Segurança da ONU. Com isso, os russos sentiram-se excluídos tanto pelos EUA quanto pela Europa, das grandes decisões estratégicas do globo.

10 Stephen Sestanovich. The US Role in the Caucasus and Central Asia. Hearing Before the Committee on International Relations. 30 April 1998. p. 38. Disponível online: <http://www.house.gov/international_relations>

11 Ibid. p.41. Disponível online: <http://www.house.gov/international_relations>

12 “United States Provides Assistance to Georgia’s Border Protection Forces.” Monitor. 18 September 1998. Vol.4.Is.171 Disponível online: <<http://jamestown.org>>

13 “Moscow and Washington Remain Deadlocked over Russian-Iranian Defense Ties.” Monitor. 14 December 1998. Vol.4.Is.230. Disponível online: <<http://www.jamestown.org>>

14 “U.S. Imposes Sanctions on Russian Research Institutes.” Monitor. 13 January 1999. Vol.5. Is. 8. Disponível online: <<http://jamestown.org>>

Fato que deixava evidente a fragilidade da diplomacia russa (RUCKER, 2003).

Diante da decadência da economia russa que sofreu forte recessão na década de 1990, fruto da abertura descontrolada, bem como do quadro de insegurança por parte da população devido à intervenção da OTAN na Sérvia, o Partido do então Primeiro-Ministro Vladimir Putin (1952 -) ganhou força e venceu as eleições com uma promessa de mudança radical na política externa russa. Putin chega ao cargo de presidente interino da Rússia em 31 de dezembro de 1999 e, em seguida é eleito presidente no dia 26 de março de 2000, período caracterizado pela retomada da importância geopolítica daquele Estado (BLAINEY, 2009).

EUA e Rússia chegaram a ter um período de cooperação entre 2001 e 2003, onde a Rússia, sob comando de Vladimir Putin, encontrava-se em franca recuperação econômica e com apoio popular. Dentro desse contexto, Putin declarou apoio aos EUA na guerra global ao terror desencadeada após os atentados de 11 de setembro¹⁵. Os russos apoiaram a intervenção estadunidense no Afeganistão e não se opuseram ao uso de bases militares das ex-repúblicas soviéticas. Na ocasião, o presidente George W. Bush (1946 -) chegou a se referir à Rússia como uma parceira na luta contra o terror. Todavia, o principal objetivo do líder russo era um pretexto para justificar suas ações em seu entorno geográfico, principalmente contra os rebeldes chechenos e os avanços islâmicos. Em troca desse apoio, conseguiu que os movimentos insurgentes pró-independência chechenos fossem considerados terroristas, permitindo assim a realização de operações militares na Chechênia sem protestos diplomáticos. Outrossim, seria uma oportunidade para aproximação com os EUA, até mesmo, com compartilhamento de dados da inteligência russa e apoio das bases militares como suporte à ação estadunidense no Afeganistão (BANDEIRA, 2013).

Nesse período, a Rússia conseguiu uma aproximação diplomática do ocidente e

¹⁵ Os atentados terroristas do dia 11 de setembro de 2001 consistiram em uma série de ataques suicidas contra os EUA, no próprio território estadunidense. Tais ataques foram coordenados pela organização fundamentalista islâmica “Al-Qaeda”. O grupo de terroristas sequestrou quatro aviões comerciais e os fizeram colidir contra as torres gêmeas do complexo empresarial do “*world trade center*”, na cidade de Nova Iorque (dois aviões) e contra o Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos EUA nos arredores de Washington (um avião). O quarto avião caiu em um campo aberto.

apoiou iniciativas como a suspensão dos programas nucleares da Coreia do Norte e Irã. O setor de energia também prosperou com a colaboração entre os dois países para a construção de um oleoduto privado até Murmansk para possibilitar a exportação de petróleo para os EUA. A relação era tão amistosa que nem mesmo a presença de conselheiros militares estadunidenses na Geórgia em 2002 causou protestos alarmantes da diplomacia russa. A Rússia conseguiu, até mesmo integrar o Grupo dos Sete (G-7)¹⁶ na modalidade de Estado convidado em regime permanente, passando o grupo a receber a denominação de G-8¹⁷. Contudo, ressalta-se que essa aproximação não levou os EUA a deixar de lado seu projeto de expansão da influência na Eurásia, com objetivos na área de produção de recursos energéticos e dando continuidade à sua estratégia de contenção e processo de isolamento e enfraquecimento da posição geopolítica russa (BANDEIRA, 2013).

A invasão do Iraque pelos EUA em 2003 foi o marco que colocou fim a esse período de cooperação, quando a Rússia chegou à conclusão que “nem mesmo as normas do direito internacional e os preceitos restritivos contidos na Carta das Nações Unidas impediriam as ações unilaterais por parte dos EUA”. Também perceberam que o fato de serem membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU não impediria os EUA de realizarem as ações que pretendiam. Dessa forma, Moscou se vê na obrigação de elevar o tom e as ações em resposta ao avanço estadunidense na Ásia Central. Assim sendo, restabelece parcerias com suas antigas repúblicas satélites e, por conseguinte, articula o fechamento de bases militares estadunidenses na região. A partir daí, acusam o ocidente de interferência na política interna de países do entorno, o que favorece algumas ascensões de lideranças pró-ocidente com discursos anti-Rússia. Tal fato desencadeou movimentos insurgentes que ficaram conhecidos como “Revoluções Coloridas” (ORTEGA, 2009).

16 Grupo composto pelos sete países mais desenvolvidos (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá) economicamente.

17 Grupo composto pelos sete países mais desenvolvidos (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá) economicamente mais a Rússia.

O fato é que a estratégia dos EUA confrontava vigorosamente com os interesses russos. Com isso, Moscou fazia forte oposição para qualquer tentativa de enfraquecimento geopolítico por parte do ocidente, principalmente acerca das ações dos EUA. Apesar desse posicionamento, a Rússia não conseguiu impedir a entrada na OTAN da Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária. Países esses que pertenciam à sua zona de influência. Os russos não esconderam a insatisfação e sentiam o cerco apertando cada vez mais por parte das potências ocidentais.

Não obstante, a maior preocupação de Moscou estava relacionada à segurança e consistia na atuação da OTAN no seu entorno, em especial nas ex-repúblicas soviéticas. Sendo assim, a Rússia, em 2007, realizou forte oposição ao projeto de escudo antimíssil que os estadunidenses, por intermédio da OTAN, pretendiam instalar na Polônia e República Tcheca. A justificativa girava em torno de uma suposta proteção aos membros europeus da OTAN contra um eventual ataque iraniano, sob pretexto de que o Irã desenvolvia um programa nuclear avançado que contemplava lançadores de mísseis de longo alcance. (BRAUN, 2009).

Entretanto, tais argumentos não convenceram o governo da Rússia que considerava a iniciativa uma provocação ao Estado russo. Na ocasião, também fez uma analogia com a crise dos mísseis de Cuba e afirmou que estaria sendo montada uma ameaça nas fronteiras russas. Como retaliação, Putin declarou em 2008 que instalaria no território polonês estações móveis de mísseis. Após as elevadas tensões provenientes da Guerra Russo-Georgiana, Barack Obama (1961 -) chega ao comando da Casa Branca em 2009 e, com intuito de reduzir o acirramento, anuncia que os EUA abandonariam o projeto de escudo antimíssil.¹⁸

18 Francisco Galamas. A NATO e as tensões derivadas do escudo antimíssil. Janeiro, 1, 2015. Disponível online: <<https://www.jstor.org/stable/resrep19102.2>>.

3.2 A INFLUÊNCIA OCIDENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

No contexto das “Revoluções Coloridas”, a primeira mais significativa foi a “Revolução das Rosas”, ocorrida na Geórgia. O manifesto foi motivado pelas contestações da eleição de Eduard Shevardnazé (1928 – 2014), que foi Ministro das Relações Exteriores de Gorbachev (1931 -) entre 1985 e 1990. As manifestações populares provocaram a queda de Shevardnazé e a ascensão ao poder de Mikheil Saakachvili.

A Ucrânia passou por processo semelhante em 2004, onde as manifestações foram denominadas “Revolução Laranja” e culminaram com a queda do presidente Víktor Yanukóvytch (1950-), alinhado com Moscou, o qual havia sido eleito há pouco tempo, entretanto sob muita contestação. Observadores internacionais denunciaram a existência de fraudes nas eleições, as quais Yanukóvytch, apesar de ter ficado atrás de Viktor Yashchenko (1954-) no primeiro turno, foi anunciado como vencedor no segundo turno com uma pequena margem de diferença. Com isso, os manifestos associados à pressão internacional fizeram com que a Suprema Corte Ucraniana invalidasse o sufrágio e convocasse novas eleições, as quais foram vencidas por Yushchenko (ORTEGA, 2009).

Já em 2005, foi o Quirguistão que passou por processo semelhante na chamada “Revolução das Tulipas”. Manifestantes indignados invadiram o prédio do governo e o presidente Askar Akayev (1944-) fugiu para a Rússia, onde dez dias depois assinou sua renúncia. Dessa forma, Kurmanbek Bakiyev (1949-), derrotado anteriormente, assumiu interinamente e em seguida se tornou presidente do país após novas eleições (ORTEGA, 2009).

Em que pese o notório descontentamento da população com os governos depostos por pressão popular, a atuação da imprensa local e internacional, bem como a presença de observadores internacionais foram preponderantes para o sucesso dos atos realizados. As “Revoluções Coloridas” demonstraram para Moscou a capacidade dos países ocidentais, em

especial os EUA, em influenciar os Estados do entorno russo por meio do apelo popular anti-Rússia e, podendo, até mesmo, preparar o terreno para uma perigosa aproximação estratégica com possibilidade de expansão da OTAN e fechamento de acordos comerciais no setor energético, tendo em vista a ascensão ao poder de governos mais alinhados com o ocidente e anti-Rússia.

4 OS INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS

4.1 A POLÍTICA ESTADUNIDENSE

Em 1998, Frederico Peña (1947-), então Secretário de Energia Estadunidense do governo Bill Clinton (1946-), declarou que os EUA deveriam aperfeiçoar de forma eficiente todos os sistemas de energia de modo a garantir que não haja interrupção no fornecimento. Para tal, deveria ser incentivada a produção de energia e o uso com respeito à saúde e ao meio ambiente, bem como com um aprofundamento da cooperação internacional na questão energética.¹⁹ Isso deixava claro que os EUA não mediriam esforços para expandir sua área de influência nesse quesito, e a região do Cáucaso fazia parte dos planos.

Na ocasião, os EUA caminhavam para uma política aberta de busca de recursos energéticos em diferentes regiões como fontes alternativas, resultado principalmente da grande instabilidade da região do Golfo Pérsico.

Isso posto, iniciam uma política persuasiva e “agressiva” junto aos governos locais no sentido de influenciar na delimitação da localização através da qual seriam estabelecidos os oleodutos, mantendo a política isolacionista imposta ao governo iraniano. Com isso, prometeu investimentos internacionais de mais de 70 bilhões de dólares, dos quais o governo dos EUA bancaria cerca da metade desse montante. Um projeto desafiador que envolvia, pelo menos, seis países e, portanto, cercado por um grau de complexidade nas negociações. A política estadunidense buscava fortalecer o apoio internacional mútuo no setor energético e, sobretudo, diversificar as rotas de distribuição de modo que não houvesse dependência, unicamente, da rota do Golfo Pérsico.

Entretanto, o governo estadunidense, por meio de um pensamento geopolítico, estava convicto de que, caso se concentrasse apenas na obtenção de energia e ignorasse a

¹⁹ Federico Peña. The US Role in the Caucasus and Central Asia. Hearing Before the Committee on International Relations. 30 April 1998. p. 11. Disponível online: <http://www.house.gov/international_relations/>

questão do desenvolvimento econômico e da estabilidade na região, colocariam em risco o acesso aos recursos energéticos que objetivava. A presença e o controle de áreas geoestratégicas que possuem os recursos de interesse das grandes potências globais passam também a ser áreas de interesse para participação militar. A importação do petróleo e seus derivados por parte dos EUA tem crescido vertiginosamente, sobretudo a partir dos anos 1990. Essa forte dependência externa fez com que os EUA adotassem essa política de diversificação de fornecedores e, por conseguinte, buscassem aumentar a influência política nas áreas produtoras. Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (1937-2017), em seu livro “A Segunda Guerra Fria. Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos”, mencionou o seguinte:

Em 1994, o Departamento de Energia dos Estados Unidos estimou que havia enorme potencial de reservas de petróleo na região do Mar Cáspio, o que possibilitaria diversificar as fontes de importação e reduzir a dependência do Golfo Pérsico. Com essa perspectiva, o objetivo estratégico dos Estados Unidos consistiu em expandir a influência e o domínio sobre a Ásia Central, região com mais de 1,6 milhão de quilômetros quadrados, que compreende Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbecquistão, países com enormes recursos naturais e que é rodeada por China, Rússia, Ásia do Sul e Oriente Médio. Sua prioridade geopolítica consistiu em integrar os países do espaço Cáucaso/Ásia Central na órbita euro-atlântica, mediante o envolvimento militar e a política de *regime change and nation-building*, instalando governos que permitissem a economia de livre mercado, liberação do comércio e investimentos ocidentais, de forma que pudessem controlar as fontes de energia e as rotas de transporte do gás e do petróleo (BANDEIRA, 2013, p.65).

Os estadunidenses teriam um grande desafio pela frente, uma vez que boa parte dos dutos de petróleo e gás da região do Mar Cáspio que tinham como destino os países ocidentais, passavam por regiões de controle russo. Para mitigar essa questão, far-se-ia mister incentivos governamentais para as empresas e consórcios que exploravam esses recursos naturais na região construírem dutos alternativos através do Azerbaijão, Geórgia e Turquia (BANDEIRA, 2013).

Tanto os EUA quanto os países europeus promoviam medidas que visavam o enfraquecimento da posição russa nesse contexto da área de energia. A dependência europeia do gás russo era uma preocupação constante do bloco europeu e precisava ter seu crescimento

atenuado. Evitar que a Rússia tivesse o monopólio do comércio de recursos energéticos da Ásia Central era o grande objetivo do Ocidente.

O colapso da Ex-URSS promoveu a ascensão de quinze Estados independentes, o que tornou a situação para os russos um pouco mais difícil, tendo em vista que os oleodutos e gaseodutos que transportavam a produção russa, agora passariam por outros Estados. A nova conjuntura obrigava os russos a terem que negociar com vários países, os quais, em paralelo sofriam crescentes “assédios” provenientes do Ocidente que identificaram esta oportunidade e emplacaram uma quase que imediata investida nessa questão. À vista disto, os EUA e seus aliados do ocidente desenvolveram ao longo da década de 1990 novas rotas alternativas que transportavam o gás e o petróleo das antigas repúblicas soviéticas sem passar pelo território russo. O discurso estadunidense girava em torno de que aquele espaço geopolítico não poderia ser controlado por um poder singular e que a “comunidade internacional” deveria ter acesso aos recursos daquela área através de parcerias e acordos econômicos, o que seria bom para todas as partes envolvidas. O fato é que o projeto imperialista estadunidense vem acompanhado de um forte expansionismo militar com claras intenções geopolíticas no entorno russo. Dentro desse contexto, a Geórgia possui privilegiada localização geoestratégica, uma vez que sua posição permite uma ligação entre o oeste e o leste para escoamento da produção energética proveniente do mar Cáspio, conforme demonstrado no Anexo B. Destarte, uma parceria com aquele país traria facilidades para o estabelecimento desse corredor de acesso com total apoio logístico, fruto da abertura do território, portos, aeroportos, rodovias e ferrovias. Somado a isto, tem-se o fato de que os georgianos tentavam se desvincular a todo custo da influência russa mediante uma aproximação com o ocidente (BANDEIRA, 2013).

4.2 A POSTURA RUSSA

Mesmo com toda a dificuldade proveniente da repartição das antigas repúblicas, a

distribuição de recursos energéticos se transforma em poder de barganha para os russos, que passam a pressionar os países europeus, os quais, em grande parte, são dependentes do gás e do petróleo proveniente da Rússia. Cabe ressaltar que esta questão do acesso aos recursos energéticos da região foi fundamental para que os EUA estivessem empenhados na tentativa de conter a expansão russa pela Eurásia. Ademais, os EUA também são dependentes da importação de petróleo. Daí, podemos entender o surgimento de diversos conflitos no entorno do território russo, fruto deste confronto de influências, materializado pela presença militar dos EUA na região (BANDEIRA, 2013).

As pressões russas começaram a surtir efeito em contraposição à tentativa de expansionismo estadunidense, tendo em vista que os russos tiveram sucesso na reaproximação com algumas antigas repúblicas soviéticas e, por conseguinte, conseguiram conter parte da onda de movimentos insurgentes, além de impedir a continuidade do avanço da OTAN para o leste. Ademais, a pressão no que diz respeito à distribuição de recursos energéticos para países europeus, resultou em bons frutos na política internacional, uma vez que alguns Estados europeus reduziram seu apoio aos EUA, como França e Alemanha que vetaram o ingresso da Geórgia e da Ucrânia na OTAN em 2008. Em 2006, Putin reforçou o recado e determinou o fechamento da distribuição de gás natural para a Ucrânia, condenando milhares de cidadãos ao frio intenso, como forma de revide a um desentendimento comercial. Ficava claro que a disputa geopolítica reservaria capítulos ainda mais turbulentos (BANDEIRA, 2013).

5 A GUERRA RUSSO-GEORGIANA

Os fatores que foram expostos culminaram em um conflito entre Rússia e Geórgia, motivado pelo controle da região da Ossétia do Sul.

5.1 ANTECEDENTES

Os russos estavam sem se envolver em conflitos internacionais com o uso da força desde a Guerra do Afeganistão, que ocorreu entre 1979 e 1989. Dentro desse contexto de aparente paralisia militar dos russos, os EUA, talvez, não tivessem acreditado na hipótese do Exército Vermelho voltar à cena e realizar um ataque contra a Geórgia.

Em agosto de 2008, motivado por um ataque feito por tropas georgianas à cidade de Tsjinvali com objetivo de restabelecer o controle sobre a região da Ossétia do Sul, o Exército russo invadiu a Geórgia sob a justificativa de proteger o povo osseta. Dessa forma, deu início à guerra cuja duração foi de cinco dias. A aviação russa realizou intensos bombardeios nas proximidades da fronteira com a Ossétia do Sul e destruiu parte da infraestrutura georgiana ao realizar ataques contra aeroportos e bases aéreas próximas à capital georgiana, Tbilisi. Em poucos dias os russos já dominavam quase todo o território da Ossétia do Sul e uma parte da Geórgia, além de isolar o principal porto do país. Navios russos foram utilizados para desembarque de tropa. As duas frentes abertas visaram frear os ataques da Geórgia na Ossétia do Sul e destruir a capacidade militar e de infraestrutura georgiana. (CASTRO, 2010).

No mês de abril de 2008, o presidente russo Vladimir Putin (1952-) teria solicitado que seus diplomatas estabelecessem vínculos não oficiais com as províncias georgianas separatistas da Abecásia e Ossétia do Sul. As autoridades georgianas descreviam as ações russas como uma flagrante violação do direito internacional. Em 20 de abril, a Geórgia acusa a Rússia de abater um drone georgiano que sobrevoava a região da Abecásia. O

ataque teria sido realizado por um caça russo, entretanto, a Rússia nega qualquer envolvimento no caso. A Geórgia caracteriza como um ato de agressão contra o Estado georgiano. Como resposta pelas acusações, os russos alegam que a Geórgia estaria com o intuito de inflamar as tensões na região. Em paralelo, no dia 23 de abril, uma reunião do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) discutia esses movimentos russos. Embora o CSNU não tivesse emitido nenhuma decisão pública, os EUA, Reino Unido, França e Alemanha declararam no mesmo dia que estavam muito preocupados com a mais recente iniciativa russa de estabelecer laços oficiais com a Abecásia e Ossétia do Sul sem o consentimento do governo da Geórgia. No dia 29 de abril, a Rússia envia um contingente adicional de tropas para Abecásia com o objetivo de impedir uma suposta invasão georgiana. No dia seguinte, a OTAN se manifestou no sentido de acusar os russos de causarem atritos com o governo georgiano. Uma semana depois, um grupo de separatistas da região da Abecásia afirma ter abatido dois drones espões sob controle da Geórgia. O governo georgiano não somente nega como acusa Moscou de agir no sentido de instigar uma guerra. No final do mês de maio, Putin, agora no cargo de Primeiro-Ministro, declara-se a favor de uma proposta por parte da Geórgia para garantir a autonomia da Abecásia.

Na segunda quinzena de julho de 2008, a Rússia realizou um exercício militar nas proximidades da fronteira com a Geórgia que envolveu mais de oito mil militares russos. O governo georgiano protestou alegando que o cenário constituía uma ameaça de invasão. Simultaneamente, militares estadunidenses (cerca de mil soldados) e georgianos (seiscentos homens) em conjunto com forças simbólicas da Armênia, Azerbaijão e Ucrânia realizaram um exercício coordenado na Geórgia denominado “Resposta Imediata 2008” com a justificativa de aumentar a interoperabilidade de tropas para operações da OTAN.

5.2 CRONOLOGIA DO CONFLITO

Com o clima acirrado nessa trajetória de escalada da crise, em 6 de agosto o presidente georgiano alegou ter ordenado uma interrupção das ações, embora no dia seguinte os combates se iniciassem com tiros provenientes de tanques do Exército da Geórgia com um bombardeio na capital Tskhinvali. As lideranças dos movimentos de independência da Ossétia do Sul declararam que as iniciativas militares de 7 e 8 de agosto causaram, pelo menos, 15 mortes. Em 8 de agosto, tropas russas chegaram à capital Tskhinvali para reforçar a defesa sul-ossetiana. Aviões russos bombardearam posições em Kareli e arredores. Tropas da Geórgia também teriam entrado na capital. (FRIEDMAN,2008)

Em 9 de agosto, a marinha e a aviação russa realizaram operações em larga escala com intensos bombardeios contra a cidade de Gori, na Geórgia, que fica nas proximidades da fronteira com a Ossétia do Sul (mapa no Anexo C), causando cerca de 20 mortes de civis, de acordo com informações do governo georgiano. Bombardearam também o porto de Poti e o terminal de Petróleo Supsa, ainda nas primeiras horas do dia, causando graves danos. (FRIEDMAN,2008)

No dia 11 de agosto, as tropas russas cruzaram a fronteira entre a Abecásia e a Geórgia e seguiram por mais 40 quilômetros, território adentro, até a cidade de Senaki, sede da Segunda Brigada de Infantaria do Exército Georgiano. A justificativa russa foi de impedir o reagrupamento daquele Exército para uma nova investida no território sul-ossetiano.

5.3 CESSAR-FOGO

Em 15 de agosto, os russos já controlavam vários pontos estratégicos e isolaram o principal porto do país, Poti, além de cortar as linhas de comunicações entre Senaki e Gori. O presidente Saakashvili assinou na presença da então Secretária de Estado do governo estadunidense, Condoleeza Rice (1954-), o acordo de cessar-fogo. As tropas russas

continuaram na cidade de Gori negociando a entrega das autoridades georgianas.

Em 16 de agosto, apesar da assinatura do cessar-fogo, as tropas russas continuaram a penetrar na Geórgia e alcançaram a cidade de Igoeti, cerca de 30 quilômetros de Tbilisi. Havia uma alegação russa não formalizada de permanência até que sua “força de paz” estivesse estabelecida. Em uma carta datada de 14 de agosto, o então presidente francês Nicolas Sarkozy (1955-), que atuava na intermediação do conflito, informou ao presidente Saakashvili que as forças de paz russas poderiam patrulhar em território georgiano até poucos quilômetros da fronteira com a Ossétia do Sul, mas excluindo os centros urbanos. O restante da tropa voltaria para posição anterior. Com isso, o presidente russo afirmou que se fossem cumpridas as condições estabelecidas pelo acordo, no dia 18 de agosto começaria a retirada das tropas russas.

Em 17 de agosto, a Rússia alegou ter iniciado a retirada das tropas, enquanto a Geórgia negava que isso fosse verdade, argumentando que as forças russas aumentaram seu efetivo para Jashuri e Borjomi. Segundo a mídia georgiana e internacional, militares russos continuavam ocupando três cidades na Geórgia (Gori, Senaki e Zugdidi).

Em 19 de agosto, a Rússia e a Geórgia trocaram prisioneiros na cidade de Igoeti. O lado russo entregou quinze pessoas e recebeu cinco, incluindo dois pilotos.

Em 22 de agosto a Rússia deu por concluída a retirada de suas tropas, embora tenha mantido uma zona de segurança entre a Ossétia do Sul e Geórgia.

Em 26 de Agosto, o presidente russo Dmitri Medvedev (1965-) anunciou, por “razões humanitárias”, o reconhecimento da independência da Ossétia do Sul e Abecásia, o que degradou ainda mais as relações da Rússia com as potências ocidentais, em especial os EUA, que condenaram amplamente. Na ocasião, o presidente francês atuava como presidente da UE e foi o principal mediador. O plano de paz previa que as partes envolvidas no conflito interrompessem as hostilidades e regressassem com suas tropas aos locais de origem. Apesar

de pedir a retirada de tropas de combate russas da Geórgia, o plano permitia que “soldados da paz” russos permanecessem em patrulha numa grande zona de segurança que incluía uma faixa do território georgiano, ao longo da fronteira com a Ossétia do Sul.

Em 9 de outubro, a Rússia completa a retirada dos últimos soldados com a chegada de 200 observadores internacionais da UE, quando se dá por concluído o conflito militar.

5.4 RESPOSTA DOS EUA

Ao longo dos anos no decorrer da escalada da crise, o governo estadunidense atuava em diálogo com os georgianos no sentido de que trabalhassem com intuito de buscar uma solução que permitisse a manutenção da paz. Porém, simultaneamente, criticava publicamente as ações russas na região. Ao longo do ano de 1998, a postura estadunidense e de outros governos ocidentais passou a ser mais incisiva em apoiar a Geórgia no que tange às solicitações de resolução das controvérsias que estavam estacionadas, uma vez que, até então, não houve convergência para solução dos conflitos.

Essa mudança de atitude estadunidense foi estimulada pelo aumento das ações russas na região, que pareciam ameaçar a integridade territorial georgiana. Em março de 2008, o governo russo formalizou a retirada das sanções econômicas impostas pela CEI à Abecásia e Ossétia do Sul, o que permitiu a abertura ao comércio e investimentos russos na região. Em abril, o presidente Putin emitiu um documento que tratava a respeito das relações diplomáticas com as duas regiões em questão. Ademais, também ordenou a intensificação dos serviços consulares em apoio aos milhares de “cidadãos russos” em ambas as regiões. Além disso, proclamou que muitos documentos emitidos pelos separatistas seriam oficialmente reconhecidos como legítimos pelo governo russo. Autoridades georgianas e observadores levantaram a preocupação de que tais iniciativas eram fortes indicadores de que a Rússia

caminhava para reconhecer oficialmente a independência daquelas regiões.

No dia 23 de abril de 2008 em reunião do Conselho de Segurança da ONU, esses movimentos russos foram discutidos. Embora a ONU não tenha emitido qualquer decisão pública a respeito do tema, EUA, Reino Unido, França e Alemanha declararam que estavam muito preocupados com a mais recente iniciativa russa de estabelecer laços oficiais com a Abecásia e Ossétia do Sul sem o consentimento do governo da Geórgia. Dessa forma, essas lideranças faziam um apelo para que a Rússia revisse as decisões tomadas. Por outro lado, o governo russo alegava que as ações tinham por objetivo garantir as condições básicas de direitos humanos dos cidadãos russos residentes naquelas regiões.

De acordo com reportagens da mídia estadunidense à época, o governo Bush teria sido pego de surpresa pela tentativa da Geórgia de ocupar a Ossétia do Sul no início de agosto, uma vez que o governo, supostamente, havia alertado a Geórgia sobre ações que poderiam resultar em resposta militar da Rússia. Uma clara ação por parte de Washington no sentido de evitar um enfrentamento direto com Moscou. Em 9 de agosto, funcionários de alto escalão do governo Bush teriam descrito os combates na Ossétia do Sul como localizados e improváveis de aumentar.

O presidente Bush estava nas olimpíadas de Pequim quando começaram os combates em larga escala. Embora não tenha interrompido sua viagem, ao contrário do líder russo, Bush declarou no dia 9 de agosto, em Pequim, que a Geórgia era uma nação soberana e que sua integridade territorial deveria ser respeitada. Também pediu uma interrupção imediata da violência e um recuo de todas as tropas. No dia seguinte, o então Vice-Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, James Jeffrey (1946-), alertou a Rússia sobre um impacto significativo nas relações entre ambos os países se Moscou continuasse com “ações desproporcionais” na Geórgia e pediu que a Rússia retirasse suas tropas. Ainda no dia 10 de agosto, o então Subsecretário de Estado adjunto Matthew James Bryza (1964-) voou para

Tbilisi com objetivo de ajudar no plano de paz da UE. No mesmo dia, o Ministro das Relações Exteriores russo, Sergei Lavrov (1950-), em conversa por telefone com Condoleezza Rice, teria dito que, fruto da continuada ameaça direta à vida de cidadãos russos na Ossétia do Sul, as “forças de manutenção da paz russas” continuariam as operações para “forçar a paz do lado georgiano”. Além disso, militares dos EUA começaram a transportar de volta para Geórgia cerca de dois mil soldados georgianos que apoiavam as ações no Iraque, tendo em vista o chamado do governo georgiano. Putin criticou esses voos com alegação de que se tratava de apoio à Geórgia no conflito.

Em 11 de agosto, o presidente Bush, em posicionamento mais forte, se referiu à conversa que teve com Putin no dia 8 de agosto, afirmando que havia dito a Putin que a violência na Geórgia era inaceitável e que ele tinha expressado sua grave preocupação sobre a resposta desproporcional por parte da Rússia e que os EUA condenavam veementemente tais ações.

Em 12 de agosto, Rice declarou estar convencida através dos relatórios do Ministro das Relações Exteriores da França, que intermediava as negociações, de que o plano de paz caminhava bem e reiterou que os EUA apoiavam a integridade territorial da Geórgia e, conseqüentemente, seu governo eleito democraticamente.

No dia 13 de agosto, Bush pediu à Rússia que começasse a reparar os danos nas relações com os EUA, Europa e outros Estados e retirasse todas as forças que estavam na Geórgia. Ele anunciou que enviaria a Secretária Rice para França, onde trataria com o presidente Sarkozy sobre o plano de paz da UE, e para a Geórgia, onde transmitiria o apoio dos EUA ao governo democrático daquele Estado. Bush também anunciou que enviaria uma missão de ajuda humanitária para a Geórgia. Na ocasião, autoridades do governo também declararam que esperavam manter relação de cooperação com a Rússia contra o terrorismo, além das sanções contra o Irã e Coreia da Norte. Em 14 de agosto, no entanto, o governo

estadunidense se pronunciou no sentido de que o conflito Rússia-Geórgia havia forçado o governo a rever os esforços para manter um diálogo estratégico de longo prazo com a Rússia e que o comportamento russo colocou em dúvida toda esta questão e terá profundas implicações no relacionamento de defesa daquele período em diante, tanto no âmbito bilateral, quanto em relação à OTAN.

Já no dia 19 de agosto, a então Secretária Rice afirmou que a Rússia estava ignorando cada vez mais o direito internacional e que ao invadir os seus vizinhos menores, bombardeando a infraestrutura civil, entrando em aldeias e causando estragos e destruição arbitrária, os russos estariam se isolando dos Estados democráticos.

Os embates diplomáticos não paravam por aí. Os EUA queriam colocar a opinião pública contra os russos e alegavam que a Rússia se moveu muito além da Ossétia do Sul e escalou tão brutalmente o conflito, que quem atirou primeiro não tinha mais importância. Também alegaram que a Rússia invadiu a Geórgia a partir da região separatista da Abecásia, que segundo eles não tinha relação com a Ossétia do Sul. Apesar de toda essa ofensiva diplomática, de maneira enfática, o governo estadunidense fazia questão de passar o recado de que havia recomendado fortemente para Geórgia que não se envolvesse em um conflito militar direto com os russos.

As tensões entre Washington e Moscou não paravam de aumentar. Em 28 de agosto, o então Primeiro-Ministro Putin alegou que os EUA poderiam ter orquestrado o conflito na Geórgia para disfarçar seus problemas econômicos, de política externa e como forma de alavancar eleições presidenciais. Também acusou a Casa Branca de ter ordenado os georgianos a iniciarem os ataques na fronteira, além de fornecerem armas e treinamento. A Casa Branca logo em seguida respondeu e declarou que as acusações eram claramente falsas, sem racionalidade e ainda conclamou aos países que acreditam em soberania, independência e integridade territorial a se unirem para lutar contra as constantes violações russas de tais

princípios basilares do direito internacional. Em seguida, o presidente russo Dmitri Medvedev (1965 -) reiterou as alegações de Putin afirmando que a Geórgia recebeu ordens diretas dos EUA para iniciar as ações na Ossétia do Sul. Portanto, o clima tornava-se cada vez mais acirrado.

Em 4 de setembro, a Casa Branca enviou o vice-presidente Dick Cheney (1941-) à Geórgia, dada a importância da questão. Na ocasião, o recado a ser dado era de que os EUA ajudariam a Geórgia na sua reconstrução e recuperação para que voltasse à posição de uma das economias que mais crescem no mundo. O presidente Saakashvili (1967-) e o seu governo eleito democraticamente poderiam contar com o contínuo apoio e assistência dos EUA. Outrossim, ressaltou que os EUA estavam auxiliando a Geórgia, assim como ajudou após a “Revolução das Rosas” de 2003, que levou Saakashvili ao poder. O apoio consistia em “ajudar a Geórgia a superar uma invasão de seu território soberano por uma ilegítima tentativa unilateral de mudar as fronteiras de seu país pela força”. O discurso girava em torno de ajudar o povo georgiano a curar as feridas deixadas pelo conflito, reconstruir sua economia e garantir sua democracia, além de promover uma maior integração com o ocidente. Com isso, o governo estadunidense continuava firme na manutenção da influência na Geórgia e usava o conflito para ampliar ainda mais as relações entre os países. Não obstante, a visita, no dia seguinte, se esticou até a Ucrânia para, de maneira semelhante expressar o apoio estadunidense ao governo ucraniano, consequência da preocupação proveniente do discurso russo de proteger os “cidadãos russos” residentes nas ex-repúblicas soviéticas. A disputa de influências na região seguia ainda mais firme.

Uma questão a ser colocada seria se a falha da OTAN em oferecer para Geórgia um Plano de Ação para Membros na cúpula da OTAN, em abril de 2008, teria encorajado a agressividade russa ou, até mesmo, antecipado as iniciativas. Dentro, talvez, do pressuposto de que a melhor defesa é o ataque. O fato é que essa aproximação da Geórgia com os países

ocidentais pode ter estimulado a agressão russa como um claro recado para o ocidente sobre quem manda na região. Além disso, as iniciativas russas desencorajavam as lideranças da OTAN em aceitar a Geórgia como membro do grupo. Embora os EUA tenham apoiado fortemente um plano de ingresso dos georgianos durante a cúpula do OTAN em abril de 2008, França e Alemanha poderiam argumentar ainda mais de forma contrária à admissão, tendo em vista as tensões separatistas, a incursão militar na Ossétia do Sul e o perigo de novos conflitos com a Rússia, o que seria um grande problema para o bloco.

Em 12 de agosto houve uma reunião de emergência da OTAN, na qual foi reiterado o apoio para uma Geórgia soberana e independente. Na ocasião, as lideranças aproveitaram para condenar o uso excessivo e desproporcional da força por parte dos russos. Também reafirmaram que a Geórgia era um parceiro altamente respeitado da OTAN e que sua entrada no bloco não estava descartada. No dia 19 de agosto, tendo em vista o atraso da retirada das tropas russas da Geórgia, os Ministros das Relações Exteriores da OTAN se reuniram em uma sessão de emergência. No dia anterior, o governo russo tinha se pronunciado no sentido de que estava cumprindo com a sua parte, inclusive no âmbito da parceria com a OTAN. Também reiterou que continuava ajudando o bloco no Afeganistão, mantendo a cooperação na luta contra o terrorismo, bem como contra a proliferação de armas de destruição em massa. Entretanto, advertiu que, se caso a OTAN continuasse na tentativa de “acobertar a Geórgia”, a aliança poderia vir a ter problemas. Contudo, após a sessão, o secretário-geral da OTAN anunciou que as reuniões do conselho OTAN-Rússia seriam suspensas até que os russos aderissem ao cessar-fogo, além de declarar que o futuro das relações dependerá das ações russas para cumprir o plano de paz. Portanto, torna-se evidente mais um capítulo do acirramento de tensões que vieram como efeito colateral da “Guerra dos Cinco Dias”²⁰.

A OTAN criou um conselho OTAN-Geórgia, o qual teve sua primeira reunião

20 A Guerra Russo-Georgiana também ficou conhecida como “Guerra dos Cinco Dias”.

realizada na capital Tbilisi em 15 de setembro. Após a sessão, o conselho reafirmou as declarações prévias acerca do compromisso da OTAN com a soberania e a integridade territorial da Geórgia, além de levantar preocupações sobre as ações militares desproporcionais da Rússia. Adicionalmente, condenou o governo russo pelo reconhecimento da independência das regiões da Abecásia e Ossétia do Sul. Nos dias 18 e 19 de setembro, uma reunião de Ministros da Defesa da OTAN discutiu ainda mais as necessidades de reconstrução da Geórgia e as implicações das ações russas para a segurança da região. Em paralelo, o presidente russo Medvedev acusava a OTAN de provocar o conflito em vez de garantir a paz.

No início de dezembro de 2008, as lideranças do bloco reuniram-se novamente e a Secretária Condoleezza Rice pareceu reconhecer a preocupação dos aliados sobre a questão de um plano de entrada da Geórgia no bloco. Dessa forma, houve um recuo por parte dos estadunidenses no sentido de adiar a conclusão do plano de entrada. Assim sendo, os aliados concordaram em intensificar o trabalho no conselho OTAN-Geórgia para verificar a viabilidade de associação da Geórgia ao bloco através de relatórios periódicos sobre o progresso dos georgianos em direção à eventual adesão.

Na reunião do Conselho OTAN-Geórgia em fevereiro de 2009, os Ministros da Defesa discutiram assistência na reconstrução de bases militares da Geórgia. Na ocasião, também expressaram que enxergavam no reconhecimento russo da Abecásia e Ossétia do Sul uma intenção em estabelecer bases militares naquelas regiões e que, obviamente, não concordavam com a presença russa naqueles territórios separatistas.

5.5 REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

Inicialmente, as grandes lideranças mundiais preocuparam-se em mediar o

conflito, pois entendiam que o mais importante para o momento seria um cessar-fogo e ajuda humanitária urgente. A maioria desses governos criticou a Rússia pelo uso excessivo da força e por violar a integridade territorial da Geórgia. Mas, por outro lado, também surgiram algumas críticas ao governo georgiano por tentar reintegrar a Ossétia do Sul pela força.

Logo após os acontecimentos de 7 e 8 de agosto, o Conselho de Segurança da ONU se reuniu nos dias subsequentes na tentativa de buscar uma solução para a questão. Entretanto, Rússia e China recusaram-se a concordar com as propostas oferecidas por EUA, França e Reino Unido.

Os presidentes dos países Bálticos e a Polônia, em 9 de agosto, pediram que a OTAN e UE se opusesse à política imperialista russa. No dia seguinte, o presidente polonês submeteu ao líder francês Nicolas Sarkozy um plano para apreciação da UE. Tal plano foi proposto pelos governos dos Estados Bálticos, mais Polônia e Ucrânia. A proposta contemplava, basicamente, uma força de estabilização da UE, uma vez que aqueles Estados acreditavam não ser possível apenas soldados russos para garantir a paz na Ossétia do Sul. Porém, em aparente contraste com este posicionamento, o Primeiro-Ministro Italiano, à época, Silvio Berlusconi (1936 -), alertou que a UE não poderia tomar um posicionamento “anti-russo” ao se tratar daquele conflito.

Em 13 de agosto, ocorreu, em caráter emergencial, uma reunião dos Ministros das Relações Exteriores do bloco europeu. Eles enfatizaram o apoio a um plano de paz e afirmaram que poderia ser necessária a presença de observadores da ONU e da UE para monitorar a situação na Ossétia do Sul.

Lideranças, tanto europeias, quanto de outros Estados foram críticas quanto ao não cumprimento por parte da Rússia do plano de paz proposto, o qual exigia a retirada imediata das tropas russas da Geórgia. Da mesma forma, foram extremamente críticos à postura do governo russo de reconhecer a independência da Abecásia e Ossétia do Sul. A

Alemanha classificou este reconhecimento como inaceitável e levantou a esperança de que o diálogo ainda pudesse ser aberto com a Rússia. O presidente francês Nicolas Sarkozy, na qualidade de presidente da UE, emitiu uma declaração condenando fortemente o reconhecimento e classificando como contrário aos princípios de independência, soberania e integridade territorial da Geórgia. Ainda acrescentou, afirmando que a UE examinaria por este ponto de vista as consequências da decisão russa.

Em mais uma reunião do Conselho de Segurança da ONU em 28 de agosto, a maioria dos membros criticou a postura da Rússia acerca do não cumprimento do plano de paz e do reconhecimento da independência da Abecásia e Ossétia do Sul.

Nos bastidores, veiculava-se possíveis sanções contra a Rússia, das quais poderia ser a retirada do convite àquele Estado para participar da reunião do Grupo dos Oito (G-8), bem como a retirada do apoio para a Rússia sediar os jogos olímpicos de inverno de 2014, além de uma reavaliação sobre a entrada do país para a Organização Mundial do Comércio (OMC). Analistas europeus convocavam os Estados do bloco para que impusessem sanções duras contra a Rússia e excluísse o país de qualquer tipo de parceria e acordo de cooperação. Na prática, os planos do ocidente de engajamento em conjunto com a Rússia tanto no combate ao terrorismo como nas questões de energia estavam comprometidos.

Em uma sessão do Parlamento Europeu, no dia 3 de setembro, foi aprovada uma resolução que não impunha diretamente sanções à Rússia, mas em comum acordo ficava estabelecido que qualquer nova parceria somente aconteceria após a retirada das tropas russas da Geórgia. O Parlamento Europeu condenou fortemente a atitude russa em reconhecer a independência da Abecásia e Ossétia do Sul, além de clamar por uma investigação internacional para apurar as causas do conflito, a qual seria coordenada pela ONU. Também condenaram e intitularam como inaceitável e desproporcional a ação militar russa no território da Geórgia, independente da ação georgiana com tropas e tanques na Ossétia do Sul.

Alegaram que nada legitimava a ação russa na Geórgia com ocupações e ataques a um governo de um Estado democrático. Em 15 de setembro, o conselho da UE composto por Ministros de Relações Exteriores dos países-membros decidiu que seria enviado cerca de 200 observadores do bloco para a Geórgia.

Em 14 de novembro de 2008, houve um encontro da liderança do bloco europeu com representantes russos na cidade de Nice, na França. Na ocasião, os europeus concordaram em retomar os diálogos sem descartar nenhum tipo de parceria ou acordo. Ao justificar tal iniciativa, componentes da UE alegaram que optavam pelo diálogo e negociações em vez de sanções, considerando ser o melhor caminho para alcançar os objetivos de retomada da paz na região.

6 CONCLUSÃO

Com base no que foi apresentado, podemos concluir que, apesar da guerra entre Rússia e Geórgia não ter alterado significativamente o contexto geopolítico da Eurásia, teve como efeito colateral a demonstração de força por parte de Moscou perante o mundo e, principalmente, um alerta para as antigas repúblicas soviéticas. Dessa forma, muito mais que uma simples ação em defesa dos cidadãos sul-ossetianos, o conflito foi uma firme reação à estratégia de contenção estadunidense, que colocava em risco o seu domínio na região do Cáucaso.

O estudo realizado também demonstrou que a região do Cáucaso é objeto de disputas geopolíticas por parte de diversos atores do Sistema Internacional, fruto dos recursos energéticos da região, mais especificamente petróleo e gás natural.

Até os dias atuais as questões que envolveram a disputa não estão totalmente superadas, uma vez que as regiões separatistas não conseguiram reconhecimento internacional.

Ainda diante dos fatos apresentados, dentro do contexto temporal que envolveu o escalonamento da crise, entendemos que a Rússia, na qualidade de potência regional, não se curvaria aos interesses do ocidente na região, principalmente em se tratando dos EUA. Tal interferência de atores externos abriria espaço para que seu domínio fosse ameaçado, com consequente perda de poder hegemônico na região.

Assim sendo, os argumentos expostos ao longo do trabalho comprovam que os EUA continuaram com a estratégia de contenção implementada durante a Guerra Fria. Desse modo, a guerra russo-georgiana aparece como consequência do escalonamento da crise fruto da estratégia estadunidense. Outrossim, a invasão da Geórgia foi um claro sinal dado pelos russos, tanto para os EUA quanto para as ex-repúblicas soviéticas, no sentido de demonstrar uma retomada da hegemonia na Eurásia com o objetivo de inibir eventuais avanços

indesejados por parte de Washington e dos países ocidentais de um modo geral.

REFERÊNCIAS

- BBC News online. Regions and territories: Abkhazia. Disponível em < <https://www.bbc.com/news/world-europe-18175030>>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 714 p.
- BLAINEY, Geoffrey. Uma breve história do século XX. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2009. 312 p.
- BRAUN, A. L'OTAN et la Russie: perceptions des menaces après la Géorgie. Paris: IFRI, Centre Russie/NEI, 2010.
- CASTRO, Guilherme A. A Questão separatista entre Geórgia, Ossétia do Sul e Abkhásia. Outubro, 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/08/100811_russia_abecasia_cq.shtml>. Acesso em: 30 mai 2020.
- CHAVES, Daniel; SCHURSTER, Karl. Soberania nacional no pós-Guerra Fria: a Ossétia do sul em questão. Revista Intellector, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/ed2009-10/danielchaves-karlschurster-10.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- FRANÇA, Lessa Júnia; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 255 p.
- FRIEDMAN, George. The Russo-Georgian War and the balance of power. Geopolitical intelligence report , 12 aug. 2008. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/russo-georgian-war-and-balance-power>>. Acesso em: 29 mai. 2020.
- LEWIS, Martin W. Where is the Caucasus? Disponível em <<http://www.geocurrents.info/place/russia-ukraine-and-caucasus/where-is-the-caucasus>>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e Modernidade: geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. 160 p.
- NICHOL, Jim Russia-Georgia Conflict in August 2008: Context and Implications for U.S. Interests. Disponível em <https://fas.org/sgp/crs/row/RL34618.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- ORTEGA, Felipe Afonso. Cores da Mudança ? As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. Política Internacional. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012. 354 p.

RUCKER, L. La Politique Etrangère Russe. Paris: Courrier des Pays de l'Est, n°1038, 2003.

STRATFOR. The Russo-Georgian War and the Balance of Power. Disponível em <www.stratfor.com/weekly/russo_georgian_war_and_balance_power>. Acesso em: 28 mar. 2020.

ANEXO A – Mapa Geopolítico da Região do Cáucaso

Geopolitical map of the Caucasus Region (2008)



Figura 1 – Mapa Geopolítico da Região do Cáucaso

Fonte: <https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/caucaso>

ANEXO B – Mapa de Oleodutos da Região

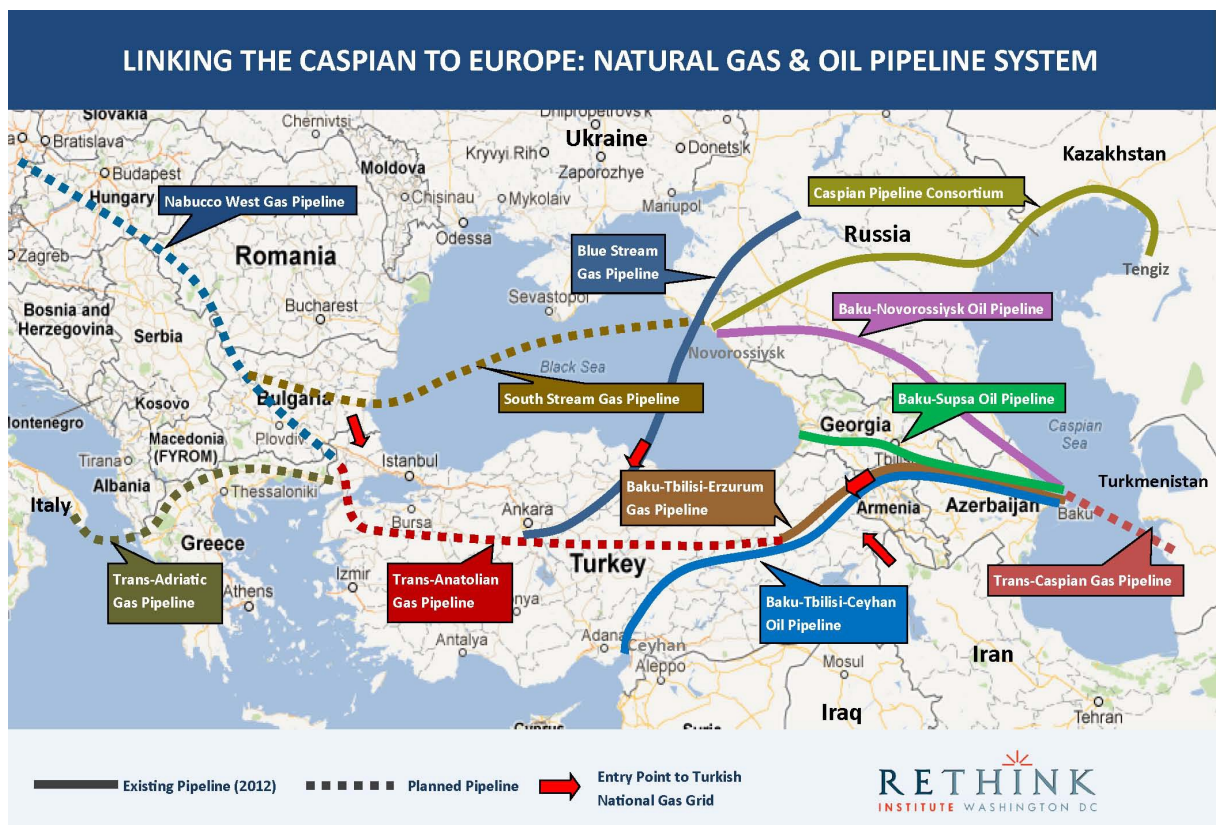


Figura 2 – Mapa de Oleodutos da Região

Fonte: Rethink Institute Washington DC. Disponível em <https://medium.com/@oilywood/ebd-to-lend-500m-for-azerbaijan-gas-pipeline-5ebb367acd4>. Acesso em 01 Ago. 2020.

ANEXO C – Mapa da Geórgia



Figura 3 – Mapa da Geórgia.

Fonte: dulcineia38.blogspot.com/2002/05/gori-georgia-map.html